



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Área Apoio Especializado / Especialidade Biblioteconomia



Prova Cargo F06, Tipo 1

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição

MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Novembro/2004

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

Leis para indigentes morais

Acaba de chegar a Massachussets um grupo de adolescentes sudaneses que viajaram diretamente da Idade da Pedra, ou quase, para a América do século XXI. São cinco mil refugiados, que estão sendo distribuídos pelos EUA. Para muitos, a viagem de avião é a primeira experiência em um transporte motorizado.

Qual será o maior estranhamento para esses jovens? A neve e a calefação? Os celulares? A Internet? (...)

O susto virá da quantidade de leis formais detalhadas e explícitas que regram a vida americana, enquanto a vida da tribo era regada por poucas normas quase sempre implícitas – ou seja, pela confiança de todos numa moral comum tácita.

Nossas leis tornam-se cada vez mais detalhadas, pois há a idéia de que um código exaustivo garantiria o funcionamento de uma comunidade justa. De fato, essa proliferação revela a angústia de uma cultura insegura de suas opções morais. Por sermos indigentes morais, compilamos uma casuística da qual esperamos que diga exatamente o que fazer em cada circunstância. O dito legalismo da sociedade americana, tão freqüentemente denunciado, é apenas o sinal dessa indigência.

A tentativa de animar uma comunidade por uma lengalenga de leis testemunha a fraqueza do vínculo social. Não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada, por isso inventamos regras para ter, ao menos, muitas obrigações comuns.

(Contardo Calligaris, **Terra de ninguém**. S. Paulo: **Publi-folha**, 2004, pp. 66/68)

1. Ao referir-se à migração de um contingente de jovens sudaneses para os EUA, o autor formula a hipótese de que deverá haver um choque cultural, provocado pela

- (A) precariedade do estágio técnico em que ainda se encontra a sociedade do Sudão.
- (B) dificuldade que têm os brancos americanos de conviverem com outras etnias.
- (C) excessiva informalidade do sistema jurídico norte-americano.
- (D) exagerada minuciosidade das normas jurídicas vigentes nos EUA.
- (E) fragilidade das regras que estão implícitas na vida social dos sudaneses.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. Não existiria a “indigência moral”, a que especificamente se refere o autor do texto, se houvesse a confiança dos cidadãos em princípios morais que fossem compartilhados.
- II. Nas sociedades ditas “primitivas”, como a sudanesa, há uma grande insegurança dos seus componentes quanto às normas e valores que devem reger a vida social.
- III. O autor considera que a proliferação de leis, tal como ocorre nos EUA, equivale a uma compilação casuística de normas, na qual se busca prever todas as circunstâncias.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) III, somente.

3. Depreende-se da leitura do último parágrafo do texto que

- (A) quanto mais detalhista e previdente se mostra um sistema jurídico, tanto mais fortes são os vínculos sociais.
- (B) a especificação das obrigações que temos uns com os outros não é inspirada por uma moral que efetivamente compartilhamos.
- (C) a fraqueza dos vínculos sociais é uma consequência direta do excesso de generalização das normas jurídicas.
- (D) os vínculos sociais, quando são fortes, dispensam os valores do que se costuma chamar uma *inspiração moral compartilhada*.
- (E) a expressão *lengalenga de leis* aplica-se aos casos em que as normas jurídicas pecam pelo excesso de generalização e pela imprevidência.

4. No contexto da frase *O dito legalismo da sociedade americana, tão freqüentemente denunciado, é apenas o sinal dessa indigência*, os termos sublinhados têm, respectivamente, o sentido de

- (A) assumido - indicado - pobreza.
- (B) chamado - acusado - penúria.
- (C) propalado - investivado - insolvência.
- (D) suposto - injuriado - precariedade.
- (E) confessado - exposto - impropriedade.

<p>5. <i>Por sermos indigentes morais, compilamos uma casuística (...).</i></p> <p>Está INCOERENTE com o texto a reconstrução da frase acima em:</p> <p>(A) A compilação de uma casuística vai de encontro à nossa indigência moral.</p> <p>(B) Compilamos uma casuística em virtude de nossa indigência moral.</p> <p>(C) É o fato de sermos uns indigentes morais que nos leva a compilar uma casuística.</p> <p>(D) A razão de compilarmos uma casuística está no fato de sermos indigentes morais.</p> <p>(E) A compilação de uma casuística decorre diretamente de nossa indigência moral.</p>	<p>8. Está inteiramente correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Tratam-se de cinco mil refugiados, cuja destinação tudo o que sabemos é que é a mais variada possível.</p> <p>(B) Todos podemos testemunhar de que é inútil tentar animar uma sociedade através de uma lengalenga de leis.</p> <p>(C) Não há uma inspiração moral a cujo compartilhamento nos faça ter confiança em um mínimo de princípios.</p> <p>(D) De uma tal compilação de casuísmos não se esperem bons resultados, pois ela está longe de valer como um conjunto de princípios autênticos.</p> <p>(E) O rigoroso detalhismo de nossas leis, de cujo muitos querem interpretar como um rigoroso legalismo, constitui, de fato, uma grande lengalenga.</p>
<p>6. As normas de concordância verbal e nominal estão plenamente respeitadas apenas na frase:</p> <p>(A) As excessivas particularidades das leis que regem a sociedade norte-americana deve-se à carência dos valores que realmente se pudesse compartilhar.</p> <p>(B) Ao chegar a Massachussets, oriundo do Sudão, o contingente de jovens foi distribuído pelas várias regiões a que desde há muito já estavam destinadas.</p> <p>(C) Prevê-se que aos jovens sudaneses assustará a proliferação das leis norte-americanas, uma vez que as do Sudão são, além de poucas, implícitas.</p> <p>(D) A propósito das leis norte-americanas, costumamos falar em formalismo e legalismo, quando melhor seríamos reconhecer-lhes a indigência moral a que correspondem.</p> <p>(E) Se é da confiança coletiva que decorrem, na vida social no Sudão, a força dos valores compartilhadas, é da fraqueza destas que nasce o formalismo das nossas leis.</p>	<p>9. Essa proliferação de leis revela a angústia de uma cultura insegura de suas opções morais.</p> <p>Caso se substitua, na frase acima, o termo <i>insegura</i> por</p> <p>(A) <i>insatisfeita</i>, deve seguir-se a expressão <i>às suas opções morais</i>.</p> <p>(B) <i>desorientada</i>, deve seguir-se a expressão <i>quanto a suas opções morais</i>.</p> <p>(C) <i>desatenta</i>, deve seguir-se a expressão <i>por suas opções morais</i>.</p> <p>(D) <i>carente</i>, deve seguir-se a expressão <i>de cujas opções morais</i>.</p> <p>(E) <i>desprovida</i>, deve seguir-se a expressão <i>mediante suas opções morais</i>.</p>
<p>7. Indica-se uma alteração da voz verbal do segmento sublinhado em:</p> <p>(A) Cinco mil refugiados <u>estão sendo distribuídos</u> pelos EUA = foram distribuídos.</p> <p>(B) Qual <u>será</u> o maior estranhamento para esses jovens? = terá sido.</p> <p>(C) O susto <u>virá</u> da quantidade de leis formais = deverá vir.</p> <p>(D) A vida da tribo <u>era regrada</u> = regrava-se.</p> <p>(E) É por isso que <u>inventamos</u> tantas regras = são inventadas.</p>	<p>10. Quanto à ortografia, está inteiramente correto o que se lê em:</p> <p>(A) Não terão sido <i>expatriados</i> esses cinco mil jovens sudaneses? Por vezes, a palavra <i>refugiados</i> é utilizada de maneira meio eufêmica.</p> <p>(B) Países do primeiro mundo acabam catalizando migrações em massa. Do ponto de vista da população local, essas levas de migrantes quase nunca são bem-vindas.</p> <p>(C) Nós não nos insurjimos contra esse despropositado aparato de leis porque não temos quaisquer convicções quanto aos nossos fundamentos morais.</p> <p>(D) <i>A lengalenga de leis</i>, em que se vão transformando nossos códigos, opõe-se à concisão das normas que vitem de modo implícito na sociedade sudanesa.</p> <p>(E) O autor do texto deplora nossos códigos casuísticos. Ele manifesta clara preferência pela primasia dos valores morais comuns, e não das obrigações regulamentadas.</p>

<p>11. Todas as formas verbais estão adequadamente flexionadas na frase:</p> <p>(A) Os jovens que proviram do Sudão assustar-se-ão com a quantidade de casuísmos a que deverão se submeter em sua nova experiência de vida.</p> <p>(B) Por vezes, uma comparação da nossa cultura com a de outros povos restitue-nos o desejo de uma sociedade em que nada obstrui o caminho natural da justiça.</p> <p>(C) Se viajar de avião já constitui, para essa leva de jovens, uma experiência assombrosa, imagine-se o assombro deles quando tiverem de entrar em contato com nossas leis.</p> <p>(D) Em suas tribos, os jovens sudaneses entretiam-se com as práticas da vida concreta, sem a preocupação de atentarem para intermináveis códigos de leis casuísticas.</p> <p>(E) Deveríamos agir segundo valores com os quais reouvéssemos o sentido do que é social, e não sob a pressão de códigos que advieram de uma progressiva indignância moral.</p>	<p>14. <i>Não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada, por isso inventamos regras.</i></p> <p>Caso se reconstrua o período acima, começando-se por <i>Inventamos regras</i>, uma possibilidade de complementação correta, coerente com o sentido original do período, será a frase:</p> <p>(A) desde que não possamos confiar numa inspiração moral compartilhada.</p> <p>(B) pela razão de que não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada.</p> <p>(C) por isso não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada.</p> <p>(D) razão pela qual não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada.</p> <p>(E) ainda que não possamos confiar numa inspiração moral compartilhada.</p>
<p>12. Quanto ao uso, ou não, do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Acaba de chegar a América um grupo de sudaneses, à que se darão diferentes destinos, certamente à revelia desses jovens, que chegaram como refugiados.</p> <p>(B) O autor supõe que, tendo em vista à quantidade de leis às quais deverão obediência, os jovens refugiados passarão por poucas e boas, até a completa adaptação.</p> <p>(C) As normas da tribo, às quais faz o autor referência, são poucas e implícitas, visam à boa prática de valores consensuais, e não a uma mera catalogação de obrigações.</p> <p>(D) A angústia a que submeteremos esses jovens deve-se-á não apenas à essa quantidade de leis, mas sobretudo à maneira artificial pela qual pretendem aplicar-se à realidade.</p> <p>(E) Quando à cada nova obrigação miúda corresponder uma nova norma, não haverá como pôr termo a inchação dos códigos, à uma sempre crescente lengalenga de leis.</p>	<p>15. Há um excesso de leis, e quando <u>há leis</u> em excesso deve-se <u>reconhecer nessas leis</u> o vício da excessiva particularização, <u>excessiva particularização</u> que só revela a fragilidade dos princípios morais.</p> <p>Evitam-se as desagradáveis repetições do período acima substituindo-se os segmentos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) as há - reconhecer nelas - a qual.</p> <p>(B) há as mesmas - reconhecê-las - a qual.</p> <p>(C) há elas - reconhecer-lhes - cuja.</p> <p>(D) as há - reconhecer a elas - cuja.</p> <p>(E) há estas - reconhecê-las - onde.</p>
<p>13. Considere os seguintes períodos:</p> <p>I. Se sempre há quem julgue, a maior especificação dos códigos uma garantia de maior justiça, há também quem a ache ao contrário, um retrocesso, um caso de indignância moral.</p> <p>II. Acima de toda casuística, deve-se buscar um plano de valores comungáveis e autênticos, capazes de promover uma conduta social naturalmente justa, em vez de se prescrever um rosário sem fim de obrigações pessoais.</p> <p>III. Séculos atrás, Montaigne, num de seus ensaios, já narrava a perplexidade de alguns índios americanos, quando postos em contato com os sofisticados e artificiais procedimentos da aristocracia francesa.</p> <p>Quanto à pontuação, está inteiramente correto o que se lê em</p> <p>(A) I, II, III.</p> <p>(B) I e II, somente.</p> <p>(C) I e III, somente.</p> <p>(D) II e III, somente.</p> <p>(E) II, somente.</p>	<p>16. Considerando os princípios constitucionais da administração pública, é INCORRETO que o princípio da</p> <p>(A) publicidade determina que os atos públicos devam ter divulgação oficial para que tenham eficácia.</p> <p>(B) legalidade relaciona-se com a idéia de que o administrador não pode agir, nem deixar de agir, senão de acordo com a lei e na forma determinada.</p> <p>(C) impessoalidade proíbe que conste nome, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidor público na publicidade de atos, programas, obras e serviços.</p> <p>(D) eficiência exige que o serviço público seja eficaz e que atenda plenamente a necessidade para a qual foi criado.</p> <p>(E) moralidade relaciona-se com o binômio adequação e necessidade e determina que o serviço público seja prestado continuamente.</p>

17. Embora haja compatibilidade de horários, a Constituição da República Federativa do Brasil veda a acumulação remunerada de cargos públicos de

- (A) médico municipal com o de cientista de fundação pública estadual.
- (B) professor em universidade federal com o de juiz do trabalho.
- (C) médico em hospital municipal com o de médico estadual.
- (D) professor municipal com o de professor em Fundação Educacional Estadual.
- (E) professor em universidade federal com o de promotor de justiça estadual.

18. Tendo em vista o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, considere as proposições abaixo:

- I. O servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de 2 (dois) períodos, a critério dele, sendo vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.
- II. É cabível a concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família, desde que precedida de exame por médico ou junta médica oficial e o servidor poderá exercer atividade remunerada durante o período da licença.
- III. A ausência do servidor ao serviço é admitida, sem qualquer prejuízo, por 8 (oito) dias consecutivos em razão do casamento, por 2 (dois) dias para se alistar como eleitor e por 1 (um) dia, para doar sangue.
- IV. É cabível a concessão de horário especial ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência física, independentemente de compensação de horário.
- V. Ao servidor estudante será concedido horário especial, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e da repartição, mas será exigida a compensação de horário, respeitada a duração semanal do trabalho.

É correto o que se contém APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) III e V.
- (E) IV e V.

19. A seguridade social do servidor visa a dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos o servidor e sua família, e compreende um conjunto de benefícios e ações. Todavia, compreendem, exclusivamente, benefícios do servidor, dentre outros,

- (A) aposentadoria, pensão temporária, salário-família e auxílio-natalidade.
- (B) aposentadoria, salário-família, assistência à saúde, e auxílio-reclusão.
- (C) assistência à saúde, auxílio-funeral, licença por acidente do trabalho e licença para tratamento de saúde.
- (D) licença à adotante, licença-paternidade, assistência à saúde e pensão vitalícia.
- (E) assistência à saúde, aposentadoria, salário-família e auxílio-natalidade.

20. No que diz respeito às concessões e à contagem de tempo de serviço para o servidor público, considere:

- I. O servidor portador de deficiência terá horário especial quando comprovada a necessidade por atestado médico, não precisando cumprir compensação de horário e, quando se casar, poderá ausentar-se por 8 (oito) dias consecutivos do serviço, mas, para que esses dias sejam considerados como de efetivo exercício, deverá efetuar a compensação.
- II. O servidor estudante terá horário especial, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, mas será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade em que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho. A propósito, seus dias de afastamento, para desempenhar mandato de vereador serão considerados como de efetivo exercício, exceto para promoção por merecimento.
- III. É permitido ao servidor ausentar-se do serviço por 8 (oito) dias consecutivos, em razão de falecimento de irmão, e, esses dias deverão ser considerados como de efetivo exercício. Todavia, os dias decorrentes de afastamento para exercício de função de governo, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República, só serão considerados como de efetivo exercício se houver compensação.

É correto o que se contém APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

<p>21. De acordo com a NBR 6023, a referência bibliográfica correta de um decreto é:</p> <p>(A) Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Lex: coletânea de legislação e jurisprudência. São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.</p> <p>(B) Lex: coletânea de legislação e jurisprudência. São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998. (Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998).</p> <p>(C) SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Lex: coletânea de legislação e jurisprudência. São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.</p> <p>(D) SÃO PAULO (Estado). Lex: coletânea de legislação e jurisprudência. São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998. (Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998).</p> <p>(E) Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998. São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998. (Lex: coletânea de legislação e jurisprudência).</p>	<p>25. “Abordagem que consiste em pontuações de premissas teóricas e conceituais e outras metodologias relacionadas, para avaliar como audiências, usuários, clientes e cidadãos percebem, compreendem e sentem suas interações com instituições, mídias, mensagens e como usam a informação e outros recursos nesses processos.”</p> <p>Desenvolvido por Brenda Dervin, em 1972, o método descrito acima é o</p> <p>(A) incidente crítico. (B) estudo de comunidades científicas. (C) <i>delphi</i>. (D) <i>sense-making approach</i>. (E) <i>information brockers</i>.</p>
<p>22. Na referência bibliográfica de um documento jurídico, a ABNT considera como elemento complementar</p> <p>(A) o local. (B) o nome do juiz relator. (C) a jurisdição. (D) o órgão judiciário competente. (E) a ementa.</p>	<p>26. Em uma biblioteca jurídica, é exemplo de serviço de alerta</p> <p>(A) a visita orientada para novos usuários. (B) o sumário de periódicos correntes. (C) o treinamento de uso de fontes virtuais. (D) a conversa informal entre o bibliotecário e o usuário. (E) o curso de normalização de trabalhos científicos.</p>
<p>23. A NBR 6023 determina que a referência bibliográfica de um documento jurídico em meio eletrônico recuperado na Internet deve ser finalizada da seguinte forma:</p> <p>(A) Acessado em: http://www.truenetm.com.br/jurisnet/sumusSTF.html. Acesso em: 29 nov. 1998.</p> <p>(B) Disponível em: http://www.truenetm.com.br/jurisnet/sumusSTF.html. Acesso em: 29 nov. 1998.</p> <p>(C) Acesso em: 29 nov. 1998. Disponível em: http://www.truenetm.com.br/jurisnet/sumusSTF.html.</p> <p>(D) Localizado em: http://www.truenetm.com.br/jurisnet/sumusSTF.html. Acessado em: 29 nov. 1998.</p> <p>(E) Acessado em: 29 nov. 1998. Localizado em: http://www.truenetm.com.br/jurisnet/sumusSTF.html.</p>	<p>27. No processo de referência, a localização, nas estantes, de materiais que atendam a uma determinada questão é chamada de</p> <p>(A) negociação da questão. (B) análise da mensagem. (C) estratégia de pesquisa. (D) análise da resposta. (E) busca.</p> <p>28. “Obras que relacionam fontes de informação sobre determinado assunto, incluindo comentários a respeito do material citado e apresentando uma visão geral da produção bibliográfica daquela área.”</p> <p>A definição acima refere-se</p> <p>(A) aos manuais. (B) às bibliografias. (C) às patentes. (D) aos guias de literatura. (E) às efemérides.</p>
<p>24. A Lei nº 4.084, que regula o exercício da profissão de bibliotecário, e o decreto nº 56.725, que regulamentou essa lei são, respectivamente, dos anos</p> <p>(A) 1962 e 1965. (B) 1975 e 1976. (C) 1984 e 1988. (D) 1995 e 1997. (E) 2002 e 2003.</p>	<p>29. A lista de discussão voltada para assuntos da área de informação e documentação jurídica é a</p> <p>(A) infolegis. (B) bibliojuri. (C) infojuri. (D) bibliolegis. (E) legisjuri.</p> <p>30. A literatura cinzenta compreende, entre outros,</p> <p>(A) os dicionários e os manuais. (B) as patentes e as teses. (C) os relatórios técnicos e os preprints. (D) as publicações governamentais e os índices de citação. (E) os anais de congressos e os periódicos especializados.</p>

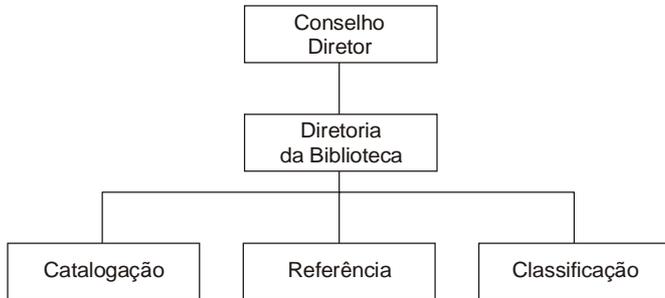
<p>31. A UNESCO é produtora de um dos <i>softwares</i> livres para bibliotecas mais utilizados no Brasil. Trata-se do</p> <p>(A) Informa. (B) Aleph. (C) VTLS. (D) Microsis. (E) Thesaurus.</p>	<p>37. Desenvolvido pelo Centro de Estudos Judiciários com o apoio do Programa Informação e Comunicação para a Pesquisa do CNPq, este repositório comentado de informações inclui <i>sites</i> que possibilitam o acesso direto a documentos jurídicos, como periódicos e textos doutrinários, entre outros recursos. Trata-se da</p> <p>(A) Biblioteca Jurídica Virtual. (B) Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. (C) <i>Virtual Library on Law Resources</i>. (D) <i>Scientific Electronic Library Online</i>. (E) Biblioteca Eletrônica do Ministério da Justiça.</p>
<p>32. Saber usar a Internet e extrair o melhor dela é fundamental para o acesso à informação. Dentre os recursos desta rede estão:</p> <p>(A) Dbase, Archie, Dialog. (B) FTP, WWW, Gopher. (C) Usenet, Front Page, Questel. (D) BBS, Unisyst, Excel. (E) E-mail, Access, Lan.</p>	<p>38. A Rede de Bibliotecas gerenciada pelo Senado Federal</p> <p>(A) agrega bibliotecas do Sistema Judicial Brasileiro e edita a Revista dos Tribunais, que circula desde 1912. (B) abrange bibliotecas dos poderes legislativo, executivo e judiciário e oferece o Sinequanon, serviço de acompanhamento de processos em tempo real. (C) mantém bases de dados de monografias e periódicos jurídicos e organiza periodicamente o Guia de Fontes de Informação Jurídica. (D) agrupa bibliotecas virtuais em direito e disponibiliza o BuscaLaw, o maior portal jurídico da América Latina na Internet. (E) reúne o maior número de bibliotecas especializadas em direito e é responsável pela publicação da Bibliografia Brasileira de Direito – BBD.</p>
<p>33. Metadados são</p> <p>(A) dados disponibilizados em redes cooperativas. (B) informações catalogadas na Internet. (C) dados numéricos de computador. (D) informações indexadas em linguagens de programação. (E) dados sobre dados.</p>	<p>39. Apresenta modelo de biblioteca jurídica que sugere a potencialização do sistema de informações, sem a necessidade de aumento físico considerável do acervo interno. Sua estrutura, apoiada na conexão com bancos e bases de dados, redes eletrônicas de comunicação e bibliotecas informatizadas situadas interna e externamente, permitirá acesso a um conjunto de fontes e acervos muito mais amplo e diversificado do que aquele que existe internamente na forma tradicional.</p> <p>O texto acima é exemplo de resumo</p> <p>(A) informativo. (B) crítico. (C) indicativo. (D) sintético. (E) recensivo.</p>
<p>34. São consideradas fontes de informação da área jurídica:</p> <p>(A) Edubase, Peri, Geodados. (B) Cronol, Infohab, Lilacs. (C) Coad, Jurid, Data Legis. (D) Unibibli, Datasus, Alice. (E) FGVDados, IPEADData, SIEG.</p>	<p>40. Os profissionais mais adequados para elaborar resumos de textos jurídicos são os</p> <p>(A) bibliotecários dos serviços de informação especializada. (B) estudantes de biblioteconomia ou de direito. (C) autores dos textos ou responsáveis pela sua publicação. (D) especialistas que atuam na área jurídica. (E) peritos com especial habilidade para escrever.</p>
<p>35. As linguagens documentárias, como o VCBS (vocabulário controlado básico especializado em direito), apresentam estruturas e abordagens distintas, como por exemplo,</p> <p>(A) tesouros, que estabelecem relações de associação e equivalência entre os termos. (B) sistemas de classificação, que enumeram os assuntos em ordem alfabética. (C) listas de cabeçalhos de assuntos, que relacionam as entradas em ordem hierárquica. (D) vocabulários controlados, que agrupam aspectos comuns a todos os assuntos. (E) índices em cadeia, que mantêm uma relação de semelhança com os assuntos.</p>	<p>41. A informação jurídica compõe-se de três áreas distintas: legislação, doutrina e jurisprudência. A jurisprudência</p> <p>(A) constitui os princípios do direito. (B) é o conjunto normativo que regula a convivência social. (C) consiste na interpretação e aplicação das leis. (D) conforma a totalidade da ciência jurídica. (E) refere-se à decisão proferida por tribunal coletivo.</p>
<p>36. No Brasil, leis, decretos legislativos e demais atos resultantes do processo legislativo, bem como decretos, medidas provisórias e outras normas jurídicas, aprovados e baixados pelo Congresso Nacional e pelo Presidente da República são obrigatoriamente divulgados</p> <p>(A) no Diário da Justiça. (B) no Diário Oficial da União. (C) nos Diários Oficiais Estaduais. (D) nas Atas do Congresso Nacional. (E) na Biblioteca do Senado Federal.</p>	

<p>42. Para indexar e recuperar documentos jurídicos de forma satisfatória, uma biblioteca especializada em direito poderá se valer</p> <p>(A) da MATE, uma base de dados em formato eletrônico com matérias em tramitação na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e no Congresso Nacional.</p> <p>(B) do WEBTHES, um <i>site</i> na Internet que permite o acesso ao THES: Thesaurus e ao VCBS: Vocabulário Controlado Básico, mantidos pelo Senado Federal.</p> <p>(C) da NJUR e da PJUR, ferramentas de pesquisa <i>online</i>, respectivamente, de normas jurídicas federais e estaduais e de periódicos especializados em direito.</p> <p>(D) da RVBI, rede virtual de bibliotecas encabeçada pela Advocacia Geral da União que mantém cooperativamente uma base de dados bibliográficos em direito.</p> <p>(E) do AUTR, um índice das entradas padronizadas para pessoas, entidades, congressos e conferências, tratados, planos, programas e títulos uniformes.</p>	<p>46. De acordo com o AACR2, o documento contendo a lei federal número 9610, de 19 de fevereiro de 1998, que trata dos direitos autorais, terá como entrada:</p> <p>(A) Brasil [Leis etc.] Lei nº 9610.</p> <p>(B) Brasil [Leis etc.] Direitos autorais: Lei nº 9610.</p> <p>(C) Brasil [Lei de direitos autorais] Lei nº 9610.</p> <p>(D) Lei de direitos autorais [Lei nº 9610].</p> <p>(E) [Direitos autorais - Leis] Lei nº 9610.</p>
<p>43. O conceito de ementa jurisprudencial está relacionado a idéia de</p> <p>(A) repertório, devido ao fato de arrolar o inteiro teor do acórdão judicial.</p> <p>(B) índice, uma vez que enumera soluções dadas pelos tribunais a questões de direito.</p> <p>(C) tesouro, porque traz os termos autorizados para representar conceitos jurídicos.</p> <p>(D) resumo, pois oferece uma idéia geral do que o pronunciamento judicial contém.</p> <p>(E) cabeçalho, visto que é um conjunto de descritores do conteúdo do documento.</p>	<p>47. O emprego de títulos uniformes, conforme assinalado pelo AACR2, aplica-se a</p> <p>(A) obras que aparecem sob títulos diferentes e a obras religiosas.</p> <p>(B) acórdãos e a obras de autoria apócrifa.</p> <p>(C) leis e legislação e a trabalhos anônimos.</p> <p>(D) relatórios técnico-jurídicos e a materiais tridimensionais.</p> <p>(E) obras de autoria corporativa e a incunábulo.</p>
<p>44. De acordo com a CDU, a notação para Direito Civil Brasileiro é 347(81),</p> <p>(A) um número criado por síntese a partir da tabela principal e da auxiliar.</p> <p>(B) um número simples extraído somente da tabela principal.</p> <p>(C) uma composição primária que forma um assunto composto.</p> <p>(D) uma composição retirada da classe principal e da subclasse do direito.</p> <p>(E) uma composição formada por elementos enumerativos e sinais.</p>	<p>48. Entre as diversas ferramentas da qualidade utilizadas por serviços de informação da área jurídica, destaca-se</p> <p>(A) a regra dos 5s.</p> <p>(B) o diagrama de causa-e-efeito.</p> <p>(C) o organograma matricial.</p> <p>(D) o <i>benchmarking</i>.</p> <p>(E) o ciclo de Deming.</p>
<p>45. Para a composição do número 342.56(81)"2000"(03) usando a CDU, empregaram-se</p> <p>(A) relações de subagrupamento e ordenação.</p> <p>(B) auxiliares especiais de apóstrofo, numerais e extensão.</p> <p>(C) subdivisões auxiliares e símbolos comuns.</p> <p>(D) divisões principais e auxiliares comuns e especiais.</p> <p>(E) auxiliares comuns de lugar, tempo e forma.</p>	<p>49. O meio por excelência através do qual se leva a cabo o processo de descentralização é o da</p> <p>(A) autogestão.</p> <p>(B) amplitude de controle.</p> <p>(C) desburocratização.</p> <p>(D) organização informal.</p> <p>(E) delegação de decisões.</p> <p>50. Atualmente, a aquisição de materiais bibliográficos pode ser realizada pela Internet. Entre as livrarias internacionais que possibilitam essa modalidade de aquisição, destaca-se a</p> <p>(A) Swets.</p> <p>(B) Dedalus.</p> <p>(C) Marks & Spencer.</p> <p>(D) Barnes & Noble.</p> <p>(E) Sears Roebuck.</p>

51. Em bibliotecas jurídicas, pode-se considerar como o mais importante critério de descarte
- (A) o idioma da publicação.
 - (B) o estado físico do material.
 - (C) a atualização da informação.
 - (D) o custo do documento.
 - (E) a disponibilidade de versão eletrônica.

56. Em bibliotecas jurídicas, a atividade que visa a garantir a alocação de recursos para a biblioteca é a
- (A) elaboração do plano anual.
 - (B) prestação de contas ao final de cada exercício fiscal.
 - (C) realização do inventário de acervo.
 - (D) avaliação de desempenho dos serviços.
 - (E) pesquisa de satisfação dos clientes.

52. Considere o organograma abaixo.



A estrutura administrativa adotada na biblioteca retratada no organograma é a

- (A) burocrática.
- (B) funcional.
- (C) linear.
- (D) mista.
- (E) colegiada.

57. Na administração pública brasileira, o exercício financeiro
- (A) é realizado, anualmente, de acordo com a data de posse dos mandatários do poder executivo.
 - (B) inicia em março e encerra em novembro.
 - (C) coincide com o ano civil.
 - (D) independe de controle temporal.
 - (E) pode variar de Estado para Estado.

58. “Formulação sistemática de um conjunto de decisões, devidamente integrado, que expressa os propósitos de um indivíduo, grupo ou associação de indivíduos, e que condiciona os meios disponíveis para estes mesmos propósitos, através do tempo”.

A definição acima refere-se

- (A) à gestão estratégica.
- (B) à avaliação.
- (C) ao marketing.
- (D) à qualidade em serviço.
- (E) ao planejamento.

53. A grande vantagem da utilização de listas, catálogos e bibliografias para a avaliação de coleções é a
- (A) padronização.
 - (B) atualização.
 - (C) relação com os usuários da biblioteca.
 - (D) facilidade de uso.
 - (E) abrangência temática.

59. Cultura organizacional é o conjunto de
- (A) procedimentos e estratégias que permitem a uma organização detectar a relação entre fatores ambientais e humanos, bem como seu impacto sobre ela.
 - (B) crenças, valores e comportamentos que moldam a identidade de uma organização.
 - (C) opções estratégicas, definidas pela organização para atingir seus objetivos.
 - (D) habilidades adquiridas pela equipe organizacional, com a finalidade de obter capacidade competitiva.
 - (E) formalizações, decisões e empreendimentos que garantem a visibilidade da organização no mercado.

54. Em bibliotecas, o tipo de planejamento que estabelece uma postura organizacional em relação ao ambiente e lida com fatos, idéias e probabilidades é o
- (A) estratégico.
 - (B) tático.
 - (C) centralizado.
 - (D) setorial.
 - (E) financeiro.

60. A cooperação é uma atividade essencial ao desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas. Atualmente, uma forma bastante efetiva de cooperação é o estabelecimento de consórcios de periódicos, que possibilitam
- (A) a instituição de mecanismos de controle e acompanhamento do uso de publicações periódicas.
 - (B) a aquisição de maior número de cópias dos periódicos, propiciando melhor atendimento à clientela.
 - (C) a ampliação do número de assinaturas de periódicos nacionais.
 - (D) o acesso ao conteúdo de periódicos científicos, por via eletrônica.
 - (E) o aumento do prazo dos empréstimos domiciliar e inter-bibliotecas.

55. O princípio da **unidade de comando** estabelece que
- (A) deve-se aplicar um único plano para grupo de atividades com os mesmos objetivos.
 - (B) um funcionário deve receber ordens de apenas um superior, evitando contra-ordens.
 - (C) a ausência de uma unidade disciplinar gera o caos na organização.
 - (D) os interesses individuais devem submeter-se ao interesse da organização.
 - (E) deve existir uma única linha de autoridade fixa permeando toda a hierarquia organizacional.